

OS PROGRAMAS POLÍTICOS E TRAJETÓRIA PÚBLICA DOS CANDIDATOS À SUCESSÃO DAS OLIGARQUIAS NO MÉXICO, BRASIL E ARGENTINA NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Profa. Dra. Claudia Wasserman
PPGH / UFRGS
claudia.wasserman@ufrgs.br

Recebido em: 20 de janeiro de 2007
Aprovado em: 17 de março de 2007

Resumo

Este artigo é um desdobramento das pesquisas realizadas no México, Argentina e Brasil sobre as campanhas à presidência da república de Francisco Madero (1910), Hipólito Yrigoyen (1916) e Getúlio Vargas (1930). Tem como objetivo discutir a semelhança entre os programas políticos latino-americanos no início do século XX e detectar os pontos divergentes entre eles.

Palavras-chave: Programas Políticos; América Latina contemporânea; História comparada; Identidade Nacional

Abstract

This article is an unfolding of the research carried through in Mexico, Argentina and Brazil on the campaigns to the presidency of Francisco Madero (1910), Hipólito Yrigoyen (1916) and Getúlio Vargas (1930). It has as a goal to argue the similarity between the Latin American politicians programs at the beginning of century XX and to detect the divergent points between them.

Keywords: Politicians Programs; Latin America contemporary; Comparative history; National identity.

Os programas e planos político-partidários do Partido Antireelecionista, da União Cívica Radical e da Aliança Liberal foram produzidos para sustentar as candidaturas à presidência da República de Francisco Madero, no México (1910), Hipólito Yrigoyen, na Argentina (1916) e Getúlio Vargas, no Brasil (1930). Esses

programas representaram as oposições da época, foram fundamentais para a vitória eleitoral ou tornaram-se pretextos para a tomada de poder. A diferença cronológica entre eles, não impede a sua comparação.

Destinados a legitimar a ordem, orientar condutas, pautar e hierarquizar valores, estabelecer metas e construir mitos, os discursos políticos de Madero, Yrigoyen e Vargas constituíam-se num projeto alternativo ao sistema vigente e ofereciam um novo sentido à Nação e à nacionalidade. Apareceram em situações cronológicas diferenciadas, em diferentes espaços, mas conjunturas socialmente semelhantes.

Os discursos antioligárquicos emitidos no México, por volta de 1910, na Argentina, por volta de 1916, e no Brasil, por volta de 1930, serão analisados individualmente, em relação à situação específica de cada país. Mas também pretendo comparar os discursos desses três candidatos à sucessão das oligarquias primário-exportadoras, Francisco Madero, Hipólito Yrigoyen e Getúlio Vargas, e entendê-los como uma “formação discursiva” fundacional, que construiu sujeitos políticos identificados com um determinado projeto de nação, um projeto de nação que desqualificava o sistema anterior enquanto nacional e que se lançou como oportunizador de um futuro brilhante.

Como vou trabalhar com discursos políticos produzidos em três países diferentes e três períodos cronológicos igualmente diferenciados pretendo mostrar como as condições de produção desses discursos são semelhantes, tanto do ponto de vista da história pessoal e pública daqueles que os produzem (Madero, Yrigoyen e Vargas), como a partir da similaridade entre a situação social, política e econômica dos três países no momento da enunciação. O estudo dos manifestos políticos que articularam as principais propostas contidas no discurso antioligárquico e a identificação e análise dos

objetos discursivos centrais permitiram a comparação entre as condições de produção dessas proposições, tanto em relação à situação social, política e econômica dos três países, como em relação à trajetória pública e pessoal daqueles que as enunciaram.

Os objetos discursivos centrais contidos nos três manifestos são: a questão da democratização política, as desigualdades regionais, a questão do desenvolvimento econômico e a questão da dependência externa.

O despotismo e autoritarismo político estavam presentes na situação dos três países no período da crise oligárquica: Porfirio Díaz encarnava, no México, a face mais dura do poder exemplificada na política de “*pan o palo*” (aos adversários oferecia oportunidades no governo; aos antagonistas massacrava com autoridade e aos índios, exterminava) e na presença dos “*rurales*”, polícia especial para repressão aos camponeses; o presidente Washington Luís, último representante da aliança entre as oligarquias paulista e mineira, proclamava abertamente a idéia de que a “*questão social é caso de polícia*”; enquanto isso, na Argentina do general Roca decretava-se a Lei de Residência que impedia acesso político aos imigrantes, quase 70% de toda a população argentina.

A situação econômica era paradoxalmente crítica nos três países. Paradoxalmente porque o setor primário-exportador, baseado na defesa de um ou dois produtos principais na pauta de exportações, gerara um desenvolvimento extraordinário, exemplificado na construção de um sistema de transporte ferroviário grandioso, incentivo à criação de um sistema financeiro, desenvolvimento de indústrias de beneficiamento dos produtos primários e industrialização de artigos necessários à crescente urbanização, crescimento demográfico, melhoria das condições de vida nas cidades e outros confortos. No entanto, paralelamente a esse desenvolvimento, as

regiões e os grupos afastados da produção, comercialização ou beneficiamento desses produtos - café no Brasil; pecuária e cereais, na Argentina; cana-de-açúcar e metais, no México - ficaram extremamente prejudicados.

Essa disparidade econômica refletia-se numa desigualdade regional muito acentuada. O interior da Argentina vivia miseravelmente; as províncias do norte e noroeste, como Catamarca, por exemplo, empobreciam e a sua população diminuía sensivelmente a ponto de perderem representatividade parlamentar. A República no Brasil iniciara conflitada com a região de Canudos, no Nordeste, onde Antônio Conselheiro lutava contra o abandono da região, principal fonte de enriquecimento metropolitano no período colonial. No sul do país, em Santa Catarina, ocorreu um conflito camponês importante, a Guerra do Contestado, que evidenciava a miséria em que viviam aquelas populações. A miséria, o empobrecimento e a humilhação eram também a marca principal da região de Morelos, no sul do México, enquanto o latifúndio e a grande propriedade cresciam e prosperavam.

O progresso e o desenvolvimento do setor primário-exportador também produziram uma desigualdade social muito acentuada. Mesmo nas grandes cidades, advertia-se para a existência de favelas, barriadas, callampas, villa-misérias ao lado de edifícios e mansões luxuosos. O crescimento urbano havia sido muito mais rápido do que a capacidade de gerar empregos nos setores secundários e terciários da economia. Isto provocou a formação de uma grande reserva de força de trabalho, a aceleração do processo de empobrecimento das classes populares e a marginalização da população subempregada ou desempregada.

O problema da dependência econômica também estava presente nos três países analisados, na medida em que a hipertrofia do setor primário-exportador da economia

havia sido determinada pelas condições internas de produção de cada país, mas também pela demanda internacional desses produtos. A divisão internacional do trabalho determinava uma condição subalterna às economias latino-americanas, que além de produtoras de artigos primários, ficavam, muitas vezes, dependentes da comercialização e financiamento da produção feita por empresas estrangeiras. Um fator de vulnerabilidade da produção latino-americana e dependência em relação ao mercado internacional era a fixação de preços dos produtos primários, realizados na bolsa de valores de Londres ou de Nova York, além da dependência de fatores climáticos (secas, inundações, terremotos etc.) e problemas como supersaфра.

Em resumo, esses foram os principais temas levantados pelos manifestos que determinaram o fim da hegemonia oligárquica no México, Argentina e Brasil. Em torno desses temas, organizaram-se os discursos políticos de Francisco Madero, Hipólito Yrigoyen e Getúlio Vargas, apoiados por organizações antioligárquicas amplas que, mais do que partidos políticos eram agrupamentos de várias classes sociais que desejavam a derrubada das oligarquias.

Além disso, do ponto de vista da organização dos discursos político-partidários deve-se destacar como principal característica desses documentos, o fato deles tentarem estabelecer três tipos de conhecimento: um que se refere ao passado e que evocava aquilo que entendia como a verdadeira história da nação, outro que se refere ao presente e aponta os problemas do atual estado das coisas e, finalmente, outro aspecto que se refere ao futuro como um projeto coletivo, enunciando como as coisas deveriam ser.

Geralmente, por se tratar de manifestos proclamados em locais públicos com explícita finalidade eleitoral, tais documentos são amplos, do ponto de vista da

incorporação de demandas das mais variadas classes sociais, e são, ao mesmo tempo, restritos, do ponto de vista da escassa profundidade no tratamento dos temas.

Francisco I. Madero e o Programa do Partido Antireelecionista

O Partido Antireelecionista, fundado em 1909, foi uma agremiação de ocasião. Criado especialmente com o objetivo de reunir aqueles que se colocavam contrários à reeleição de Porfirio Díaz para o sétimo mandato consecutivo, o Partido Antireelecionista estava fadado a desaparecer assim que o ditador se afastasse do poder.

Porfirio Díaz foi eleito presidente do México em 1876, em nome do liberalismo, mas seus consecutivos mandatos - foram 31 anos no poder - foram adquirindo um caráter ditatorial e centralizador. Representando a oligarquia mexicana (mineiros ao norte e plantadores de cana-de-açúcar ao sul), Díaz assumiu tarefas como o cercamento dos campos, expansão da fronteira agrícola, expropriação de terras comunais no centro e no sul do país e criou as condições de infra-estrutura básicas para atender a economia de exportação. Em 1910, um terço da população mexicana era indígena e um pouco mais da metade era mestiça, atributos variáveis de região para região. Dos quinze milhões de habitantes, doze milhões eram camponeses e 840 pessoas eram “*hacendados*”, que detinham 90% do território. A participação política era restrita e as justificativas para o poder tirânico de Díaz tinham origem nas influências do positivismo europeu exercido sobre um grupo de partidários de Díaz, chamados “*científicos*”. Preconizavam a necessidade de ordem interna, para realização do progresso econômico e, assim, justificavam o uso da repressão e da violência contra os opositores do regime.

Antes do aparecimento de Francisco Madero no cenário político mexicano e da criação do Partido Antireelecionista, existiam alguns grupos que eram contrários à

reeleição de Díaz, mas esses grupos ou partidos não tinham obtido o consenso entre aqueles que se opunham ao regime. Além do mais, a violência e a repressão do governo Díaz recaía sobre eles de modo assustador, com prisões, assassinatos, empastelamento de jornais. Tudo de acordo com o lema do porfiriato: “*mucha administración, poca política*”.

O Partido Antireelecionista surgiu para cristalizar os movimentos de oposição ao regime porfirista, movimentos e indivíduos descontentes que não encontravam espaço ou não concordavam com aspectos variados das outras duas correntes oposicionistas (o Partido Liberal Mexicano colocara-se muito à esquerda no espectro político e o Partido Democrático não podia ser considerado como um legítimo movimento de oposição ao regime). O sucesso do Partido Antireelecionista entre aqueles que se opunham ao regime deveu-se, sobretudo à liderança política de Francisco Madero.

Francisco Madero nasceu em Parras, Estado de Coahuila, em 30 de outubro de 1873, fruto do casamento de duas das famílias mais abastadas do norte do país ¹. Os negócios familiares que abarcavam agricultura, pecuária e comércio prosperaram especialmente ao longo dos consecutivos mandatos de Porfirio Díaz. Madero teve a educação padronizada para os filhos de famílias ricas nesta época na América Latina:

¹. As referências sobre a vida pessoal e pública de Francisco Madero foram retiradas de vários textos sobre esse personagem e também de alguns livros de referência geral sobre a Revolução Mexicana. Entre eles, os mais importantes foram: CUMBERLAND, Charles C. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1996, 6a ed.. KATZ, Friedrich. *La Guerra Secreta en México 1. Europa, Estados Unidos y la Revolución Mexicana*. México: Era, 1982, Tomo I. KNIGHT, Alan. *La Revolución Mexicana. Del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México: Grijalbo, 1996, dois volumes, volume I. COCROFT, James D. *Precursores intelectuales de la Revolución Mexicana (1910-1913)*. México: Siglo XXI, 1978. KRAUSE, Enrique. *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1976. CORDOVA, Arnaldo. *La Ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1973. HERZOG, Jesus Silva. *Breve História de la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1972, 2 vol. Além desses, alguns textos menos interessantes do ponto de vista da biografia de Madero, mas cuja interpretação era laudatória, geralmente escritos por partidários de Francisco Madero, durante seu curto período presidencial, conhecido como a “Dezena trágica”, como por exemplo: SANCHEZ AZCONA, Juan. *La etapa maderista de la Revolución*. México: Instituto Nacional de Estudios Historicos de la Revolución Mexicana, 1960. URQUIZO, Francisco L. *Viva Madero!* México: Ed. Marte, 1954. VASCONCELOS, José. *Ulises criollo*. in *Obras completas*. México: FCE, 1982.

estudou cinco anos na Europa, sobretudo na França, e mais um ano em Berkeley, Califórnia. Retornou ao México em 1893, disposto a cuidar dos negócios da família. Tinha vinte anos de idade e conseguiu impulsionar o império econômico dos Madero através da introdução de máquinas modernas para o cultivo do algodão e de engenhosas soluções para driblar os problemas trazidos pela seca daquele ano.

Sua entrada na política nacional foi influenciada por membros da família. Seu avô havia sido governador de Coahuila, na década de 1880 e a família estava ligada a importantes elementos do regime porfirista. Francisco, influenciado pela fundação do *Círculo Liberal Ponciano Arriaga*, em San Luis Potosí, 1900, formou um clube político em San Pedro de Coahuila que se chamava *Benito Juárez*, e era o local onde o jovem promissor discutia com amigos os destinos do país e os problemas locais. As prisões efetuadas contra proeminentes líderes liberais, o empastelamento de jornais e toda repressão do governo Diaz contra qualquer atitude opositora, tiraram Madero das discussões teóricas e o lançaram à prática. Em 1904 e 1905, Madero e seu grupo de debates políticos participaram de eleições municipais e estaduais, respectivamente. Foram derrotados pela fraude eleitoral e pela repressão, ambas oficiais. No ano seguinte, Madero criticava abertamente a revolta do Partido Liberal Mexicano, e se opunha fortemente à idéia de uma revolução armada, justificando que a revolução poderia colocar em risco qualquer movimento de reforma (CORDOVA, 1973, p. 105).

Francisco Madero era considerado um homem sem expressão, insignificante, baixa estatura, político sem carisma, cuja oratória era fraca e até a voz era inadequada (CUMBERLAND, Charles C, 1996, e CORDOVA, Arnaldo, 1973), mas conseguiu se converter em uma figura nacionalmente conhecida a partir da publicação de seu livro

“*La Sucesión Presidencial de 1910*”², lançado um ano antes. Este livro, cujo estrondoso sucesso refletiu-se pelo esgotamento imediato de uma primeira edição de três mil exemplares, tratava de contar a história política do México e descrever os males oriundos do regime ditatorial, insistindo na necessidade de reformulação do sufrágio e na não reeleição dos cargos executivos. O livro era a primeira publicação que, entre os muitos panfletos escritos na época, atacava abertamente o sistema político e, embora Madero tomasse todo o cuidado para enaltecer o homem Porfiro Díaz e criticar apenas o regime, o porfiriato, foi essa obra que permitiu a divulgação das idéias de Madero e abriu caminho para a criação de um novo partido, o Partido Antireelecionista. Para Katz, “*o livro de Madero era mais do que uma análise da situação; era um programa que chamava a formação de um novo partido antireelecionista*” (KATZ, 1982, p. 53).

O Partido Antireelecionista adquiriu dimensões imprevistas, pois reuniu tanto as classes altas como baixas que se opunham ao regime e cujos canais de participação haviam sido dificultados pela ação do governo (prisões e repressão ao Partido Liberal Mexicano e retirada do apoio de Díaz a Reyes, no caso do Partido Democrático). Madero era uma liderança confiável, pois pertencia às classes abastadas; tinha fundos próprios para sustentar uma campanha política, o que lhe colocava em vantagem em relação a alguns membros mais radicais do partido; era cauteloso e conseguiu conter a repressão do governo até os últimos momentos da campanha eleitoral.

Do ponto de vista social, o partido estava composto majoritariamente por intelectuais ou membros das classes médias e também por ex-porfiristas desiludidos. Por tratar-se de um movimento cuja principal liderança havia saído do norte do país, refletia o caráter desenvolvido, urbano e ilustrado da sociedade nortista. Incluía

². MADERO, Francisco I. *La Sucesión Presidencial em 1910*. México: Ed. Época, lançado originalmente em 1909.

membros das classes altas, como o próprio Madero e Vázquez Gomes, mas atraía também trabalhadores mineiros, eletricitários, ferroviários, têxteis, entre outros (KNIGHT, 1996, 85-87 e KATZ, 1982, p. 54).

Os mais importantes documentos do Partido Antireelecionista foram o próprio livro de Francisco Madero, sobre a “*Sucessão Presidencial de 1910*”, considerado como um programa para a criação do partido, e o “*El Partido Nacional Antireeleccionista y la próxima lucha electoral. Su programa, sus trabajos, tendencias y aspiraciones*”³, ambos os documentos assinados por Francisco Madero.

Hipólito Yrigoyen e o Programa da União Cívica Radical

A União Cívica Radical surgiu na década de 1880 com o nome de União Cívica, sob a liderança política de Leandro Alem, como forma de protesto contra o rígido controle oligárquico do poder. A oligarquia argentina estava composta de aproximadamente 400 famílias cuja atividade econômica estava voltada para o mercado externo (trigo, milho, linho, couros, lã e criação de gado), sendo que o grupo mais poderoso era aquele formado pelos criadores de gado.

A estabilidade do sistema político oligárquico dependia da expansão continuada do setor primário-exportador e das inversões estrangeiras, bem como da manutenção do preço dos produtos primários no mercado internacional. Os processos depressivos sofridos pela economia internacional afetavam os produtos primários, sua rentabilidade e a estabilidade política das classes dirigentes. Além do mais, o sistema político caracterizava-se por uma série de vínculos pessoais e lealdades políticas baseadas em

³. “*El Partido Nacional Antireeleccionista y la próxima lucha electoral. Su programa, sus trabajos, tendencias y aspiraciones* In FABELA, Isidro. *Documentos históricos de la Revolución Mexicana*. México: Ed. Jus, 1965, Volume 5, Biblioteca Nacional do México, Setor de História da Revolução Mexicana. Editado pela primeira vez em San Pedro, Coahuila, março de 1910, Jornal El Demócrata.

recompensas e favorecimentos, graças ao rígido controle sobre a nomeação de cargos nacionais e regionais. Uma grave crise econômica depressiva, no começo da década de 1890, foi responsável por uma série de abalos que puseram em risco o poder dominante do Partido Autonomista Nacional (o PAN, uma espécie de equivalente argentino do Partido dos Científicos, no México, e do Partido Republicano Paulista, no Brasil).

Uma rebelião comandada pelos fazendeiros e comerciantes da província de Buenos Aires, em 1890, foi reprimida, mas provocou a queda do presidente Juarez Celman, que tentava, a exemplo de Hermes da Fonseca, no Brasil, redistribuir o poder mediante deslocamentos de posições políticas regionais. Este episódio, embora não seja tão importante do ponto de vista da formação das oposições oligárquicas, registra a existência de disputas no interior do chamado “*unicato*”, denominação aplicada ao governo oligárquico e que revela a impopularidade de sua política autoritária, corrupta e reacionária.

A organização política, União Cívica, criada em 1889, e responsável direta pela fracassada Revolução do Parque (Buenos Aires, 1890), era formada por elementos muito heterogêneos: mitristas, antigos autonomistas, republicanistas, católicos ressentidos com as leis laicas de Roca e Celman, e jovens sem filiação partidária anterior. Nas eleições de 1891, a União Cívica lançava, para a Presidência da República, um nome aparentemente consensual: Bartolomé Mitre, homem que derrubara Rosas, figura de prestígio em todo o país. Mas, Mitre foi cooptado pelos partidários de Roca (presidente da Argentina entre 1880-1889, homem que consolidara o poder exclusivista das oligarquias argentinas) para representar não apenas a União Cívica como também o roquismo. Isto provocou a cisão da União Cívica entre os partidários de Mitre e aqueles que não aceitavam um acordo com as oligarquias encasteladas há décadas no poder.

Esses últimos, chamados *radicais*, liderados por Leandro Alem, formaram a União Cívica Radical. Mitre, por sua parte, acabou renunciando a candidatura, ao sentir que não havia consenso em torno de seu nome.

A União Cívica Radical realizou, em 1891, uma Convenção e proclamou Bernardo de Irigoyen como candidato a Presidente da República. No entanto, Leandro Alem e seu sobrinho Hipólito Yrigoyen, depois de percorrerem o país para promover a candidatura do candidato da União Cívica Radical, acabaram pregando a via revolucionária e a abstenção eleitoral. O radicalismo foi responsável por revoltas que eclodiram no ano de 1893, nas províncias de Rosário (encabeçada pelo próprio Alem), Buenos Aires (liderada por Hipólito Yrigoyen), Tucumán, San Luis e Santa Fe. Depois da morte de Alem, em 1896, aparece a figura de Hipólito Yrigoyen como a mais importante liderança da União Cívica Radical.

Hipólito Yrigoyen nasceu em 12 de julho de 1852, ano da queda de Rosas, em Buenos Aires⁴. Sua mãe, Marcelina Alem vinha de uma família de rosistas (o avô materno de Hipólito fora fuzilado em praça pública, em 1853, por ter servido a don Juan Manuel Rosas) e seu pai, Martin Yrigoyen, era um vasco de modesta situação que se casou com a filha do patrão, cuja situação era bem mais vantajosa. No entanto, com a queda de Rosas, os privilégios da família Alem pareciam ter terminado e, com medo de represálias populares, Marcelina demorou quatro anos para batizar Hipólito. O menino

⁴ As referências sobre a vida pessoal e política de Hipólito Yrigoyen foram retiradas de vários textos biográficos de época, contemporâneos e também de alguns livros de referência geral sobre a história argentina ou do radicalismo. Entre eles, os mais utilizados para esse estudo, encontram-se: ROCK, David. *La Argentina Autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública*. Buenos Aires: Ariel, 1993. ROCK, David. *El radicalismo argentino. 1890-1930*. Buenos Aires: Amorroutu, 1977. GALLO, E & CORTÉS CONDE, R. *Historia Argentina - La República Conservadora*. Buenos Aires: Paidós, 1995, 4 reimpr. CANTÓN, D y otros. *La democracia constitucional y su crisis*. Buenos Aires: Paidós, 1990, 3 reimpr. FELISATTI, Antonio. *Hipólito Yrigoyen. Su vida y los documentos de su defensa desde Martin Garcia*. Buenos Aires: Pleamar, 1984. PONDÉ, Eduardo Bautista. *Los reelegidos Roca, Yrigoyen y Perón*. Buenos Aires: Legasa, 1991. GÁLVEZ, Manuel. *Vida de Hipólito Yrigoyen El hombre del Misterio*. Buenos Aires: Club de lectores, 1975. LUNA, Felix. *Yrigoyen*. Buenos Aires: ed. Sudamericana, 1988. WRIGHT, Ione S. & NEKHOM, Lisa M. *Diccionario Historico Argentino*. São Paulo: Emecé ed., 1990.

completou seus estudos primários e secundários em escolas religiosas dos arrabaldes de Buenos Aires. Formou-se em Direito e em 1878, foi eleito deputado de Buenos Aires pelo Partido Republicano, dissidência do PAN, que em meados do mesmo ano foi, por esse último, reincorporado. Em 1880, Yrigoyen foi premiado com um alto cargo no Conselho Nacional de Educação. Com a eleição de Roca à presidência da república, tornou-se mais difícil para Yrigoyen a obtenção de altos postos, que o afastou da política momentaneamente.

O discurso político de Hipólito Yrigoyen era mais contundente, se comparado aos discursos de Francisco Madero e Getúlio Vargas. Isso tem origem no fato dos dois últimos terem sido criados em famílias abastadas, cuja riqueza provinha do campo, enquanto Yrigoyen nascera na capital e fora criado nos arrabaldes portenhos por uma família com modesta situação econômica. Mesmo assim, ressaltando a diferença de intensidade, o discurso dos três se assemelhava na contrariedade em relação ao aprisionamento do poder político por parte de uma fração diminuta das oligarquias. A trajetória pessoal de Yrigoyen não o aproximou, mais do que os outros dois, das demandas específicas das classes populares. No entanto, seu estilo político caracterizava-se por manter contatos pessoais com os eleitores; não realizava discursos públicos, entrava nas casas pobres da periferia de Buenos Aires e ali travava diálogos com os possíveis eleitores. Esse estilo próprio permitiu a Hipólito Yrigoyen criar uma cadeia muito eficaz de lealdades pessoais e estender seu domínio sobre a organização partidária.

Em 1890, Yrigoyen se alistou na União Cívica e participou da rebelião que derrubou o presidente Juárez Celman; durante o movimento, Yrigoyen assumiu o cargo de Chefe de Polícia. Em 1891, quando da cisão entre os mitristas e os radicais,

Yrigoyen colocou-se como partícipe direto da organização da União Cívica Radical e presidente da mesma na província de Buenos Aires. Entre setembro e dezembro de 1893, Hipólito Yrigoyen ficara exilado em Montevideu, devido ao fracasso da rebelião radical daquele ano. Com a morte de Leandro Alem, em 1896, e Aristóbulo del Valle, em 1897, principais líderes do movimento radical, Yrigoyen começa a despontar como principal articulador das oposições ao roquismo e ao “*unicato*”.

Mais uma tentativa revolucionária em 1905, incluindo as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Cordoba e Mendoza, na qual a União Cívica Radical proclamava a necessidade de eleições livres de fraude e corrupção, terminou sendo violentamente reprimida. A derrota do movimento revelara as dificuldades de organização de um movimento de proporções nacionais, mas servira como indício de que o radicalismo começava a ter maior apoio popular. Nesta época, Yrigoyen pregava o abstencionismo em eleições consideradas ilícitas e conseguia grande apoio para tal proposta.

Segundo Antonio Felisatti, o prolongado discurso abstencionista de Yrigoyen deu-lhe força e disciplina para ações futuras, porque mostrou aos partidários do “regime” sua intransigência (FELISATTI, 1984, p. 23). De acordo com Felix Luna, era surpreendente o fato de Yrigoyen conseguir conduzir a União Cívica Radical no sentido do abstencionismo. Considera “raro espetáculo” o fato de que no final da primeira década do século existisse um partido organizado em todo o país, com comitês abertos em todos os bairros das grandes cidades, um partido que tinha jornais e reunia seus organismos, comitês e convenções, mas que não participava das eleições. (LUNA, 1995, p. 160).

Uma possível explicação para esse “raro espetáculo” é que a União Cívica Radical tinha sido capaz de atrair para o processo de participação política, grupos

sociais antes relegados a segundo plano. Apesar do crescimento das exportações, do acúmulo de capitais nas mãos das oligarquias primárias argentinas, entre 1890 e a primeira década do século XX, e do desenvolvimento urbano e industrial gerado nesta época, os grupos dirigentes argentinos, assim como os brasileiros e também mexicanos, não tinham criado soluções políticas que permitissem a incorporação e socialização do enorme contingente populacional que crescia nas grandes cidades. Assim, partidos ou movimentos políticos como a União Cívica Radical, a Aliança Liberal ou o Partido Antireelecionista, que instauram certos canais de socialização e participação, incorporando demandas específicas de outros grupos sociais, conseguem atrair principalmente os setores médios urbanos, cujo ingresso na política não era permitido através dos canais oligárquicos tradicionais. Mesmo assim, essa incorporação deverá ser matizada, pois, como observaram E. Gallo e R. Cortés Conde,

Si bien es cierto que por las razones indicadas los sectores medios votaran en gran número por los radicales, esto está muy lejos de significar que originariamente la UCR fuera el partido que expresara a dichas clases frente a los grupos tradicionales. Las razones por las cuales muchas personas se adhirió a la UCR fueron variadas y muchas veces ajenas a su identificación de clase. En ese caso se dieron también elementos variados: lealtades familiares, diferencias históricas, reacción frente al progresismo y materialismo de los otros (GALLO, E. & CORTÉS CONDE, R. 1995, p. 191 e 192).

De todos os modos, as propostas e projetos defendidos pela União Cívica Radical contentavam grupos que não estavam formalmente incorporados ao processo político. No entanto, os documentos que apontam para o projeto político dos radicais estão dispersos, devido às próprias características iniciais do movimento (abstencionismo e rebeliões). Os principais documentos do movimento, e que refletiram o pensamento políticos de suas lideranças, foram o “Manifesto de 1891”, “*Declaração*

de Principios de 1891”, “*Manifiesto Revolucionario de 1905*” e “*Porque Não triunfou a Rebelião de 1905*”⁵.

Getúlio Vargas e a Plataforma da Aliança Liberal

A Aliança Liberal, que levaria Getúlio Vargas ao poder no Brasil e derrubaria os representantes da oligarquia paulista cafeeira do poder depois de quase trinta anos de domínio sobre o aparato político nacional, foi criada em julho de 1929, por iniciativa de Antônio Carlos de Andrada, o governador de Minas Gerais. Segundo o próprio governador de Minas, a Aliança Liberal era fundada com o objetivo imediato de aglutinar forças oposicionistas em torno de uma candidatura capaz de enfrentar o candidato paulista Júlio Prestes.

A ruptura da mais importante aliança oligárquica brasileira, conhecida como café-com-leite, não podia ser considerada como uma novidade em 1929. Desde o final da segunda década do século XX, e mais especialmente durante os anos 1920, as oligarquias cafeeiras vinham enfrentando várias cisões. Muito embora os interesses primário-exportadores predominassem sobre os demais setores econômicos, os processos de valorização e financiamento do café acabavam pesando sobre toda a sociedade, perpetuando a fórmula “privatização dos lucros e socialização das perdas”. Além do mais, a marginalização do sistema político imposta pelo regime oligárquico aos novos setores urbano-industriais passou a ser questionada em toda a sua amplitude.

⁵. Esses documentos estão publicados nos seguintes volumes, encontrados na Biblioteca Nacional da Argentina em Buenos Aires - BOTANA, Natalio R. & GALLO, Ezequiel. *De la Republica Posible a la República Verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Ariel, Biblioteca del Pensamiento Argentino, 1997. Este volume recente contém os seguintes documentos: Manifiesto Al Pueblo de la República (1891) de Hipólito Yrigoyen; Declaración de Principios (1891) de Hipólito Yrigoyen; Manifiesto Revolucionario (1905) de Hipólito Yrigoyen. O documento “Por qué no triunfó la Revolución de 1905”, encontra-se em Documentos de Hipólito Yrigoyen. Apostolado Cívico, Obra de Gobierno, Defensa ante la Corte. Buenos Aires: Senado de la Nación, 1986. Serão citados a seguir, com o número das páginas e conforme o nome do próprio documento.

Desde 1910, embalados pela campanha civilista de Rui Barbosa, os grupos médios urbanos tinham a tendência a apoiar as candidaturas de oposição. O sistema oligárquico brasileiro, no entanto, repetia a fórmula eleitoral de seus congêneres argentino e mexicano: o voto era feito a cabresto e a fraude e a corrupção eram práticas corriqueiras do processo; o poder dos coronéis e o clientelismo político persistiam durante a Primeira República, apesar da ampliação do eleitorado a partir da Constituição de 1891 ⁶.

Em 1922, os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro uniram-se contra a candidatura do mineiro Artur Bernardes, na chamada “Reação Republicana”, através da qual denunciavam a política inflacionária, o desequilíbrio orçamentário e, principalmente, os desmandos do governo central em relação à proteção dada ao café. No entanto, o episódio, apesar de clarear as cisões entre frações da oligarquia brasileira, resumia-se, ao final das contas, em uma problemática regional que se destinava a preservar o sistema, ao invés de destruí-lo.

A formação da Aliança Liberal, por outro lado, constituiu-se num forte indicativo da decadência desse sistema oligárquico fechado e tradicional, cujos fatores somam a criação do Partido Democrático em São Paulo, que representou uma dissidência no próprio interior das oligarquias centrais, ou melhor, o rompimento da hegemonia do Partido Republicano Paulista; a união entre republicanos e libertadores no Rio Grande do Sul, com a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), como um instrumento inédito na pressão de oposição aos paulistas; o movimento tenentista que

⁶ A Constituição Monárquica de 1824 fazia uma série de exigências censitárias para considerar o indivíduo eleitor, enquanto a Constituição republicana de 1891 outorgara direito de voto a todo cidadão brasileiro ou naturalizado, maior de 21 anos e alfabetizado. Mesmo assim, a exclusão política permanecera com a ocorrência do voto aberto, fraude eleitoral e violência nas eleições. Para ver mais sobre o Coronelismo: PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

desde 1922 auxiliava na desestabilização do regime; e vários grupos oligárquicos estaduais dissidentes que se sentiam prejudicados pela política do governo central.

A Aliança Liberal iniciou sua trajetória como uma frente regional composta pela maior parte dos representantes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, aos quais vieram se juntar os integrantes do Partido Democrático e as dissidências oligárquicas da Paraíba. Eram velhos oligarcas, quadros civis mais jovens, tenentes, operários e classes médias, os grupos que genericamente sentiam-se atraídos pelo discurso aliancista. Mas as lideranças do movimento provinham do mesmo estrato social que as elites encasteladas no poder.

Getúlio Vargas, o político gaúcho escolhido para representar os aliancistas nas eleições de 1930, nasceu em 19 de abril de 1883, em São Borja, filho do militar Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles⁷. A família tinha muitas fazendas no interior do Rio Grande do Sul e era muito próspera. Seguindo os passos do pai, Getúlio ingressou aos quinze anos no serviço militar e somente abandonou essa carreira para entrar na Faculdade de Direito. Seus estudos preparatórios foram concluídos entre São Borja, Ouro Preto (Minas Gerais) e a Escola Militar de Rio Pardo. No 25º Batalhão de

⁷. A bibliografia sobre a vida pessoal e pública de Getúlio Vargas é muito vasta, particularmente àquela que se refere aos seus dois últimos mandatos, que, na história brasileira, correspondem aos períodos conhecidos como *Estado Novo*, entre 1937 e 1945, e a “*fase populista*”, entre 1950 e 1954. O primeiro mandato de Vargas suscitou menos estudos recaindo sobre o personagem político, do que sobre o processo que ensejou a Revolução de 1930. Neste sentido, a bibliografia estudada para essa análise confunde-se com as discussões do processo revolucionário e, neste caso, as obras de referência geral, de história do Brasil, foram muito mais úteis do que as biografias. Entre as obras mais utilizadas, posso destacar: FONSECA, Pedro Dutra. *Vargas O capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989. CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. CARONE, E. *A República Velha I: Instituições e classes sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. CARONE, E. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. CARONE, E. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1978. CARONE, E. *A república nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982. DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: bibliografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1974. HARTMANN, Ivar. *Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Tchê ed. Coleção Esses Gaúchos, 1984. DE DECCA, Edgar. *1930 O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970. SILVA, Hélio. *1930: A Revolução Traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. O primeiro dos dois volumes do “Diário de Getúlio Vargas”, lançado em 1997 pela Fundação Getúlio Vargas, RJ., foi consultado apenas para corroborar certos episódios.

Infantaria de Porto Alegre, Getúlio completou seu tempo de serviço militar, recebendo as divisas de sargento. Em 1904, iniciou estudos na Faculdade de Direito em Porto Alegre, onde conheceu João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Firmino Paim Filho, com os quais fundou o “Bloco Acadêmico Castilhista”.

Exímio orador e colaborador do jornal “*O Debate*”, órgão da juventude castilhista, Getúlio Vargas destacou-se como herdeiro da boa tradição positivista local. Eleito por três mandatos consecutivos como deputado estadual (1909-1913-1917), Getúlio transformou-se em líder do Partido Republicano Riograndense na Assembléia Legislativa e revelou-se hábil negociador. Em meio à guerra civil de 1923, que dividia o Rio Grande entre Chimangos e Maragatos, Getúlio Vargas conseguiu eleger-se Deputado Federal e, três anos mais tarde, seu trabalho na Comissão de Economia e Finanças da Câmara Federal foi reconhecido pelo presidente Washington Luís que o convidou para o Ministério da Fazenda.

Getúlio não ficou muito tempo no Ministério, pois logo veio sua indicação para representar o PRR nas eleições estaduais como candidato a governador. Em 25 de janeiro de 1928, Getúlio Vargas ocuparia o cargo de governador do Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fora eleito no ano anterior. Decorridos um ano e meio, ele aceitaria, depois de alguma relutância, a tarefa de representar a Aliança Liberal, uma frente contrária ao grupo paulista e ao presidente Washington Luís. A relutância de Vargas explica-se por vários motivos, entre eles, o fato de Vargas ter prestado serviços ao próprio governo de Washington Luís, como Ministro da Fazenda, cargo que somente foi abandonado para concorrer ao governo do Rio Grande. Outro ponto é que Vargas, ainda mais do que Yrigoyen ou Madero construíra toda uma carreira política baseada na

“obediência” oligárquica regional ao pacto maior, constituído pelos Estados centrais da federação (São Paulo e Minas Gerais).

Mas, sendo a Aliança Liberal uma proposta do próprio governador de Minas Gerais, em vista da existência de outros grupos sociais brasileiros a exigir reformas políticas (tenentes, classes médias, Partido Democrático e uma incipiente classe operária), devido à insistência de Washington Luís na apresentação do candidato paulista à sucessão presidencial e, principalmente, em vista da união de velhos rivais no Estado do Rio Grande do Sul (libertadores e republicanos) na Frente Única Gaúcha em torno de seu nome, Vargas cedeu às pressões aliancistas e concordou concorrer como candidato à Presidência da República nas eleições de 1930.

A Aliança Liberal construiu-se como uma frente de oligarquias oposicionistas regionalmente identificadas, mas sensíveis aos apelos variados de grupos sociais que, até a década de 1920, estavam relegados a segundo plano no campo da participação política. Não vou me deter no estudo da classe específica que liderou o processo iniciado em 1929⁸, mas sim analisar o projeto que Vargas apresentava, os pontos que defendia, as ações que renegava e, portanto, discutir sobre aqueles que se sentiram atraídos pelo programa de governo de Vargas e pela “Plataforma da Aliança Liberal”⁹.

A “*Plataforma da Aliança Liberal*” foi lida por Getúlio Vargas, em tom veemente no comício gigante da Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1930 e se constituiu no principal instrumento da campanha presidencial.

⁸. Para uma análise das classes que lideraram o processo revolucionário, ver o excelente trabalho de Bóris Fausto que refuta alguns dogmas da historiografia tradicional ao romper a identificação imediatista entre a Revolução de 1930 e as classes médias ou a burguesia industrial, FAUSTO, B. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

⁹. O texto completo da Plataforma da Aliança Liberal utilizado neste estudo foi publicado no livro “*A Nova Política do Brasil I. Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo - 1930-1931*”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. As referências serão feitas ao documento e suas respectivas páginas.

Características gerais do discurso de organização nacional

Nos principais documentos das campanhas presidenciais, observa-se a especificidade de cada discurso. Se a particularidade do discurso de Hipolito Yrigoyen era pregar o abstencionismo eleitoral e chegou a preparar um movimento revolucionário, Madero destacou-se por ser radicalmente contra a reeleição presidencial, enquanto Vargas, embora estivesse preocupado com a fraude eleitoral, enfatizava o problema regional e a desorganização econômica advinda da excessiva proteção à cafeeicultura. Essas e outras diferenças entre os discursos mexicano, argentino e brasileiro indicam as especificidades culturais, históricas e cronológicas vividas por cada país no momento da crise. Mas essas diferenças não significam a inexistência de uma “*formação discursiva antioligárquica*”, cuja variação temática e de ênfase levava a um mesmo ponto: o fim do monopólio de poder exercido por grupos primário-exportadores ou pelos seus representantes e a incorporação ao processo político de muitos setores sociais até então relegados.

O tema comum aos três discursos e que permite denominar o conjunto de “*formação discursiva antioligárquica*” foi evidentemente a democratização política. Genericamente, os manifestos políticos do Partido Antireelecionista, da União Cívica Radical e da Aliança Liberal defendiam uma proposta de democracia plebiscitária, onde o respeito ao sufrágio universal, ao voto secreto e, principalmente, ao eleitor, seriam suficientes para eliminar o despotismo governamental. Incitavam o povo a participar das campanhas, comparecer aos comícios, votar com consciência, fiscalizar as eleições etc. A aptidão do povo para a democracia era exaltada nos discursos, numa clara tentativa de comprometer os espectadores.

Os manifestos proferidos por Madero, Yrigoyen e Vargas apresentavam-se como “*discursos da organização nacional*”, através da afirmação ontológica e de uma noção de grandeza possível. Essas possibilidades eram identificadas no passado mitificado. Reconstruindo os momentos históricos tidos como fundadores da nação, os três candidatos à presidência apontavam a fase de apogeu oligárquico como período de exceção, cuja possibilidade de recuperação somente poderia ser feita por seu intermédio. Apresentavam-se como os únicos capazes de promover a retomada do desenvolvimento e responsáveis pelo engrandecimento do país. Tratavam a história de forma linear, onde o futuro “*próspero, brilhante e promissor*”, que já estava delineado no passado, tornar-se-ia possível através e pelas suas mãos. Colocavam-se como “*reconstrutores*” dos ideais do passado e, simultaneamente, como propulsores de novos tempos. Por isso, observa-se nos discursos a recorrência de palavras como “*recuperação*”, “*restauração*”, “*regeneração*”. Madero dizia o seguinte: “*Todo lo manifestado hace creer que en esta vez, por medio de las prácticas democráticas, la voluntad nacional logrará imponerse y la Constitución recobrará todo su império*” (El Partido Nacional Antirelecionista, p. 42, grifo meu.). Yrigoyen tinha um discurso povoado de expressões de restabelecimento de algo passado: “*... lo que más importaba a la Unión Civica y a la República era que triunfase el programa regenerador aclamado en los mitines ...*” (Manifesto Al Pueblo de la Republica, p. 274, grifo meu). E mais, em 1905: “*... la Unión Civica Radical, la que bajo sus auspicios promete a la Republica su rápida reorganización ...*” (Manifesto Revolucionário de 1905, p. 665 e 666, grifo meu).

O mais interessante nesses discursos é que o enunciado promete, geralmente, a restauração, regeneração ou reorganização daquilo que nunca existiu, como em Vargas:

“A campanha de reação liberal - não é de mais insistir - exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia ...”, ou ainda, “Só assim alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia” (Plataforma da Aliança Liberal, p. 20 e 24, grifos meus). A democracia era um conceito e uma prática extremamente abstratos no período de dominação oligárquica e, portanto, Vargas não poderia falar em “restauração”, mas sim em “instauração”. Tentavam, dessa forma, recriar um passado imaginariamente ideal, um presente cheio de obstáculos criados pelas classes no poder e um futuro promissor, desde que fosse pelas mãos deles próprios ou dos partidos que os representavam.

Os relatos históricos produzidos pelos candidatos à sucessão das oligarquias tinham como função a delimitação de um espaço de memória, através da recuperação discursiva de uma história que era comum a todos, onde o tempo presente aparecia como o lugar imaginário para onde convergiam tanto o passado como o futuro. O momento contemporâneo era definido discursivamente como decisivo. Vargas, por exemplo, enunciava assim esse entendimento: “A ninguém escapa, hoje, a compreensão da necessidade de se reorganizar a Justiça Federal, ...” (Plataforma da Aliança Liberal, p. 24, grifos meus). Ou seja, Vargas criava um significado todo especial à palavra “hoje”, relacionando-a a uma repentina capacidade de compreensão que parecia não existir no passado.

Entendidos como processo de produção de sentido, os discursos - manifestos políticos - que prepararam a ascensão de Madero, Yrigoyen e Vargas foram proferidos em clima apoteótico. Enunciados em praça pública, conferiram ao conteúdo explícito do

plano de governo, um caráter incorporador, ou melhor, pareciam comprometer o espectador, não deixavam margem à passividade daqueles que escutavam.

Em Getúlio, logo nas primeiras palavras: “*O programa é, portanto, mais do povo que do candidato*” (Plataforma da Aliança Liberal, p. 19), adverte-se que aqueles que escutam o discurso tiveram algum tipo de participação, ainda que indireta, na sua construção. Quanto a sua candidatura, Vargas anunciava: “*Trata-se, pois, de uma candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo. ... Todo o brasileiro tem, não apenas o direito, mas o dever, de se pronunciar por esta ou aquela candidatura, no terreno eleitoral, exigindo que seu voto seja integralmente respeitado*” (Plataforma da Aliança Liberal, p. 54).

Esse caráter de incorporação e comprometimento do público estava presente em Madero: “*... sí el pueblo recordando lo que vale, reconociendo sus fuerzas, se levanta activo y vigoroso dispuesto a conquistar sus libertades, indudablemente lo conseguirá ... Siempre que la patria ha invocado la ayuda de sus hijos, os ha encontrado dispuestos para volar a su defensa. Pues bien, ahora, por nuestro conducto, hace ansiosamente un llamamiento a todos los buenos mexicanos para que se apresten a la lucha en contra del absolutismo, en defensa de la libertad. ... Tenemos conciencia de servir a los intereses del pueblo y en él confiamos.*” (El Partido Nacional Antirelecionista, p. 40, 41 e 42).

Yrigoyen chegava a responsabilizar o povo pela candidatura e pela vitória da transformação do país: “*Tan alarmante situación impone a los ciudadanos serios deberes y preocupado de ellos es que el Comité Nacional de la Unión Cívica ha resuelto dirigir este Manifiesto de la Republica, para exponer con franqueza los*

peligros que la envuelven, a fin de que todos los hombres patriotas y de buena intención concurran a la obra de salvación común” (Declaración de Principios, p. 280).

Observava-se, ao mesmo tempo, uma mudança no comportamento político das massas populares durante as campanhas políticas de Madero, Yrigoyen e Vargas. Essa mudança era detectada pelo extraordinário comparecimento aos comícios promovidos pelos candidatos e suas legendas. Até mesmo a realização de campanhas nacionais e a promoção de grandes comícios eram novidades naquelas sociedades marcadas pela exclusão política, pela fraude eleitoral e pela violência perpetrada em direção às manifestações antioligárquicas.

Pode-se afirmar que o grau de adesão às campanhas de Madero, Yrigoyen e Vargas cresceu devido a um grande acúmulo de desencantos, mas somente isso não explicaria a inusitada disposição para a participação política. Além desse acúmulo de contradições sociais durante o apogeu da dominação oligárquica, atuaram, nessa transformação da cultura política das massas, mais duas ordens de fatores: primeiramente estava o fato de Francisco Madero, Hipólito Yrigoyen e Getúlio Vargas serem, reconhecidamente, pessoas que pertenciam ao seleto grupo da elite oligárquica, por outra parte, foi fundamental que esses homens de elite tenham se colocado como “*porta-vozes dos excluídos*” ou, ao menos, que tenham incorporado ao seu discurso aspirações populares.

Mas não foram apenas as campanhas que se transformaram num marco da renovação da cultura política das massas, também se observou a construção de novas mitologias políticas, novos heróis que passaram a representar, simbolicamente, um passo decisivo na construção e consolidação das nações e das nacionalidades mexicana, argentina e brasileira. Conforme a observação de José Murilo de Carvalho, a respeito da

figura do herói: *“Herói que se preze tem de refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”* (CARVALHO, 1990, p. 55). Esta sintonia foi estabelecida por Francisco Madero, Hipólito Yrigoyen e Getúlio Vargas porque naquelas sociedades a crítica aos poderosos era considerada rara e corajosa, já que a repressão política era muito grande.

A valorização daqueles que lutavam contra os poderosos ocorreu porque essas sociedades caracterizavam-se pela restrita participação nas benesses que a proximidade do poder oferecia, e esses políticos estavam, ainda que fosse superficial ou aparentemente, abrindo mão desses privilégios para defender setores tradicionalmente afastados de qualquer benefício político, econômico ou social. Onde as práticas mais comuns eram a especulação e o enriquecimento pessoal, o espírito de solidariedade seria saudado como ato heróico. Conforme o historiador Carlos Rama:

A idéia de um herói, grande condutor nacional, capaz de dirigir paternalmente as massas, com a colaboração das elites, domina todo o pensamento político nacionalista e é o respaldo que explica o amplo desenvolvimento de vários mitos políticos do século XX (RAMA, 1981, p. 63).

Madero, Yrigoyen e Vargas transformaram-se, assim, em símbolos fundamentais para a consolidação nacional e permanecem até os dias de hoje como referência necessária na história da construção da nacionalidade em seus respectivos países, justamente porque eram representantes das elites políticas e/ou econômicas que adotaram um discurso contrariando alguns aspectos específicos dessa dominação: fraude eleitoral, reeleição de cargos executivos, corrupção, ausência de desenvolvimento econômico compatível com as exigências da época, dependência estrita dos centros mundiais do capitalismo, regionalização extrema do poder político e outros temas.

Em sociedades recentemente urbanizadas, cujas classes sociais pouco a pouco se habituavam ao convívio em situações de maior complexidade, onde o poder político era há muito tempo monopolizado por uma fração das elites econômicas que, além de tudo o mais, tinha comportamento aristocrático e tributário do período colonial, gerando processos políticos altamente autoritários, tornava-se difícil o aparecimento de grupos de oposição realmente combativos. Neste sentido, quando as idílicas formulações nacionalistas dos intelectuais românticos do século XIX, foram substituídas por idéias e promessas incorporadoras elaboradas por políticos de elite, a tendência nessas sociedades foi que a memória coletiva passasse a identificar esses políticos como os fundadores da nação.

Conforme já foi observado anteriormente, o que caracterizava o sistema oligárquico nos três países eram os lemas “*tratar os inimigos a pan o palo*”, no México; “*a questão social é um caso de polícia*”, no Brasil; e a “*dura política do unicato*”, na Argentina. O simples aparecimento de movimentos de oposição às oligarquias provocava reações repressivas espetaculares como a prisão, exílio e morte dos principais líderes do Partido Liberal Mexicano em 1906, a repressão violenta ao movimento revolucionário de 1905 na Argentina e a perseguição e morte de alguns líderes do movimento tenentista, iniciado em 1922, no Brasil. Por isso, foi muito mais eficiente para o processo de ruína do sistema oligárquico na América Latina, o aparecimento de frações da elite dominante que questionavam, de modo aberto, a situação vigente.

A pergunta que se impõe é por que apareceram no seio das oligarquias primário-exportadoras pessoas que criticavam abertamente alguns aspectos da dominação oligárquica. Algumas das respostas mais clássicas oferecidas pela historiografia contemporânea a respeito dessa temática situam-se no universo das dificuldades de

absorção, ou melhor, na falta de espaço de poder político para todos os membros do seleto grupo de elite; no predomínio de poder oferecido a regiões mais importantes do ponto de vista econômico (produtivo ou comercial); na existência de um problema generacional, ou seja, uma camada de elite mais jovem, educada no exterior e que, por um lado, não encontrava espaço para exercer todo o poder que aspirava e, por outro, não encontrava eco para os preceitos democráticos que haviam adquirido na experiência forânea (FAUSTO, 1978, p. 418-19)¹⁰.

Outro fator que deve ser considerado é a própria diferenciação no interior das elites primário-exportadoras, a já enunciada “*heterogeneidade das oligarquias*”. Em períodos de crise econômica, quando se tornavam escassas as inversões estrangeiras e a distribuição de lucros beneficiava muito mais alguns componentes da elite do que outros, ocorria às vezes uma forte concorrência para controlar o Estado como forma de proteção pessoal dos efeitos da contração econômica.

Nos três países discutidos aqui, foi justamente num período de crise internacional e carência de inversões estrangeiras que eclodiram os movimentos antioligárquicos. Mas esse fator externo não pode ser exagerado, pois já existiam nesses países climas de descontentamentos importantes quando eclodiram os problemas econômicos. Outros autores ainda consideraram que os grupos de elite que ousaram questionar o sistema oligárquico tinham, apesar da origem, os olhos fixados no desenvolvimento industrial e, por isso, precisavam eliminar os obstáculos impostos pela

¹⁰. Boris Fausto ensaiou neste artigo a idéia da influência do aspecto generacional para o questionamento ao regime; VILLEGAS, Abelardo. *Reformismo y revolución en el pensamiento latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1972., adota a perspectiva de que esses grupos de elite lutavam por reformas com objetivo de modernizar o mundo tradicional, baseados em influências externas; SAFFORD, Frank. *Política, ideología y sociedad*. In BETHELL, L. (org.). *História da América Latina. América Latina independente 1820-1870*. Cambridge; Barcelona: Critica, 1991, p. 90, aponta a origem regional como determinante para possibilitar um discurso crítico em relação ao sistema oligárquico.

hipertrofia do setor primário-exportador ¹¹. Esta idéia é anacrônica, pois na época em que Vargas, Madero e Yrigoyen questionaram o sistema oligárquico, esses políticos não tinham vínculo algum com setores industriais, não defendiam, de modo sistemático e contundente, privilégios a essa atividade econômica específica e, além do mais, quando chegaram ao poder, defenderam, sobretudo o setor primário-exportador da economia.

Com exceção, portanto, dessa última análise, todas as demais devem ser consideradas - novas gerações, educação diferenciada, influências externas, falta de espaço para exercer o poder, problemas regionais, heterogeneidade de interesses, crise econômica internacional, contração da economia -, tudo isso pode ser resumido numa “*capacidade de acomodação*” da própria elite oligárquica, ou num “*instinto de manutenção do poder político*”. Ou seja, esses grupos que passaram a questionar o monopólio oligárquico do poder, percebiam a necessidade de renovação desse sistema e do próprio pessoal que exercia a dominação. Segundo Bóris Fausto, por exemplo:

A Aliança era uma coligação de oligarquias dissidentes cujos nomes ilustres não visavam outra coisa senão a pressionar a burguesia de São Paulo e obter concessões ... mas onde se encontravam quadros jovens ... com uma disposição de alcançar o poder pelo caminho das armas, se necessário ... que tinham a possibilidade de contar com a articulação dos tenentes e o apoio das classes médias ... elementos capazes de alterar os dados de uma tranqüila sucessão” (FAUSTO, 1970, p. 97).

Era justamente a existência encanecida de outras forças sociais - tenentes, movimento estudantil, operários, comunistas, anarquistas, zapatistas - que “*pressionava*” alguns políticos de elite a um processo de incorporação de reivindicações. Esta incorporação impedia a eclosão de movimentos revolucionários mais graves e mantinha o poder sob controle das elites.

Foi, portanto, a capacidade de Madero, Yrigoyen e Vargas em incorporar ao seu discurso político aspirações e desejos específicos de setores populares e movimentos de

¹¹. O historiador Luis Vitale constitui exemplo típico dessa idéia: VITALE, L. *Introducción a una Teoría de la Historia para América Latina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

oposição ao sistema oligárquico, que os transformou em símbolos da integração nacional em seus respectivos países. Essa “*capacidade*” pode ser melhor explicada justamente pela situação de crise econômica, social e política que propiciava o aparecimento de uma oposição e pela multiplicação dos descontentamentos gerados pela rigidez da dominação oligárquica.

Se um dos fatores provocadores da participação mais contundente desses políticos de elite no movimento anti-oligárquico foi a influência exercida pelos setores populares e classes médias, havia também um forte sentimento de frustração em relação às reais possibilidades de desenvolvimento de cada país. Inspirados nos “*fundadores da nação*”, ou nos períodos que se seguiram às independências, os três políticos, cada um a seu modo, procuravam nos escombros do passado recente idéias de integração nacional, de democracia política, de desenvolvimento econômico harmonioso, de enaltecimento e orgulho da nação.

Bibliografía

CANTÓN, D y otros. *La democracia constitucional y su crisis*. Buenos Aires: Paidós, 1990, 3 reimpr.

CARONE, E. *A república nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, E. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARONE, E. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARONE, E. *A República Velha I: Instituições e classes sociais (1889-1930)* Rio de Janeiro: Difel, 1978.

COCROFT, James D. *Precursores intelectuales de la Revolución Mexicana (1910-1913)*. México: Siglo XXI, 1978.

- CORDOVA, Arnaldo. *La Ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1973.
- CUMBERLAND, Charles C. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1996, 6a ed..
- DE DECCA, Edgar. *1930 O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: bibliografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FELISATTI, Antonio. *Hipólito Yrigoyen. Su vida y los documentos de su defensa desde Martín García*. Buenos Aires: Pleamar, 1984.
- FONSECA, Pedro Dutra. *Vargas O capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GALLO, E & CORTÉS CONDE, R. *Historia Argentina - La República Conservadora*. Buenos Aires: Paidós, 1995, 4 reimpr.
- GÁLVEZ, Manuel. *Vida de Hipólito Yrigoyen El hombre del Misterio*. Buenos Aires: Club de lectores, 1975.
- HARTMANN, Ivar. *Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Tchê ed. Coleção Esses Gaúchos, 1984.
- HERZOG, Jesus Silva. *Breve História de la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1972, 2 vol.
- KATZ, Friedrich. *La Guerra Secreta en México I. Europa, Estados Unidos y la Revolución Mexicana*. México: Era, 1982, Tomo I.
- KNIGHT, Alan. *La Revolución Mexicana. Del porfiriato al nuevo régimen constitucional Volume I Porfiristas, liberales y campesinos*. México: Grijalbo, 1996, vol. I.
- KNIGHT, Alan. *La Revolución Mexicana. Del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México: Grijalbo, 1996, dois volumes, volume I.
- KRAUSE, Enrique. *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1976.
- LUNA, Felix. *Yrigoyen*. Buenos Aires: ed. Sudamericana, 1988.
- PONDÉ, Eduardo Bautista. *Los reelegidos Roca, Yrigoyen y Perón*. Buenos Aires: Legasa, 1991.

ROCK, David. *El radicalismo argentino. 1890-1930*. Buenos Aires: Amorroutu, 1977.

ROCK, David. *La Argentina Autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública*. Buenos Aires: Ariel, 1993.

SANCHEZ AZCONA, Juan. *La etapa maderista de la Revolución*. México: Instituto Nacional de Estudios Historicos de la Revolución Mexicana, 1960.

SILVA, Hélio. *1930: A Revolução Traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

URQUIZO, Francisco L. *Viva Madero!* México: Ed. Marte, 1954.

VASCONCELOS, José. *Ulises criollo*. in *Obras completas*. México: FCE, 1982.

WRIGHT, Ione S. & NEKHOM, Lisa M. *Diccionario Historico Argentino*. São Paulo: Emecé ed., 1990.